

Comissão Especial PL 7606/2017

Soluções e Perspectivas para a Crise Econômica e Financeira das Santas Casas

Brasília, 04 de julho de 2017.

REDE HOSPITALAR DE SANTAS CASAS E FILANTRÓPICOS BRASILEIROS



ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS
240.430.247



EM 927 MUNICÍPIOS É A ÚNICA UNIDADE HOSPITALAR

49,35% TOTAL DE ATENDIMENTO SUS (INTERNAÇÕES E AMBULATÓRIOS)

59,35% INTERNAÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE

ENTRE ESTAS:

62,92% INTERNAÇÕES DE CARDIOLOGIA

67,3% QUIMIOTERAPIA INTERNADOS

66,7% INTERNAÇÕES CIRURGIAS ONCOLÓGICAS

53,8% TRANSPLANTES

HOSPITAIS

1.708



	TOTAL	SUS
LEITOS	170.869	126.883 (74%)

MÉDICOS AUTÔNOMOS

140.000



EMPREGOS DIRETOS

480.000



ACESSO À SAÚDE **MEU DIREITO É UM DEVER DO GOVERNO**

MOVIMENTO NACIONAL DAS SANTAS CASAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS NO SUS

LEI Nº. 8080/90 – ORGÂNICA DO SUS

Capítulo II – da Participação Complementar.

Artigo 24 – quando insuficiente estrutura pública possibilidade de contratação da iniciativa privada.

Artigo 25 – preferência às entidades filantrópicas.

Artigo 26 – critérios e valores de remuneração estabelecidos pelo gestor nacional.

Artigo 26 parágrafo primeiro – na fixação dos critérios, valores, formas de reajuste e pagamento, necessária fundamentação do gestor em **demonstrativo econômico e financeiro que garantam a efetiva qualidade dos serviços a serem executados.**

Artigo 26 parágrafo segundo – submissão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do SUS, **mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.**

A REALIDADE EVOLUTIVA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – RELAÇÃO COM O SUS

Variação de preços acumulada desde o plano real até maio/2015	
Tabela SUS ¹	93,66%
INPC - IBGE	413,40%
Energia Elétrica ²	962,19%
Água ²	945,10%
Transporte Urbano ²	1177,12%
Gás de Cozinha ²	1025,12%

Fonte:

¹ Federação das Santa Casas e Hospitais Beneficente, Religiosos e Filantrópicos do RS. Inclui aumento pela instituição do IAC/IGH.

² UFRGS: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas – IEPE. Último dado obtido: Maio/2015

RESULTADO ECONÔMICO DOS ATENDIMENTOS SUS POR NÍVEIS DE COMPLEXIDADE

Tipo de atendimento/complexidade	Margem de resultado sem incentivos	Margem de resultado com incentivos Federal
Atendimentos ambulatoriais - SIA/SUS	-105,35%	-51,74%
Atendimentos a pacientes internados de média complexidade	-402,40%	-158,37%
Atendimentos a pacientes internados de alta complexidade	-62,07%	-17,98%
Total geral	-144,34%	-65,57%

Fonte: Federação das Santa Casas e Hospitais Beneficente, Religiosos e Filantrópicos do RS.

CONSEQUÊNCIAS DO DESEQUILÍBRIO

- Crise permanente;
- Endividamento crescente;
- Pressão sobre orçamentos municipais;
- Depreciação física e tecnológica;
- Precarização das relações de trabalho;
- Baixos salários e rotatividade;
- Redução de leitos;
- Fechamento de hospitais;
- Incapacidade de respostas às necessidades da população;
- Urgências e emergências superlotadas;
- Imagem do segmento em constante risco;
- Judicialização da saúde.

CRISE - CAUSA E EFEITO

EFEITOS NA ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO

A população vem sofrendo restrições graduais de acesso aos serviços, especialmente em:

- Tratamento de hipertensos;
- Tratamento de diabéticos;
- Terapias em portadores de câncer, como quimioterapia e/ou radioterapia;
- Tratamento de obesos mórbidos;
- Cuidados em novos casos de AIDS/ano;
- Cuidados de infectados pelo vírus da Hepatite C;
- Obstetrícia: gestantes sem pré-natal completo;
- Prevenção do câncer de mama: mulheres sem acesso a mamografia;
- Terapia em pacientes renais por inexistência de hemodiálise;
- Superlotações nas emergências;
- Caos no atendimento psiquiátrico;
- Falta de medicamentos de uso contínuo vitais na maioria absoluta dos Estados

CRISE - CAUSA E EFEITO DO DÉFICIT

Custo dos Serviços Prestados ao SUS (2014)

R\$ 24,7 bilhões

Receitas com Serviços Prestados ao SUS (2014)

R\$ 14,9 bilhões (Receita da produção + incentivos federais)

Déficit Total (2014)

R\$ 9,8 bilhões

Deste total estão descontados os valores que as instituições usufruíram em isenções, sem os quais o déficit seria ainda maior.

Fonte: Federação das Santa Casas e Hospitais Beneficente, Religiosos e Filantrópicos do RS.

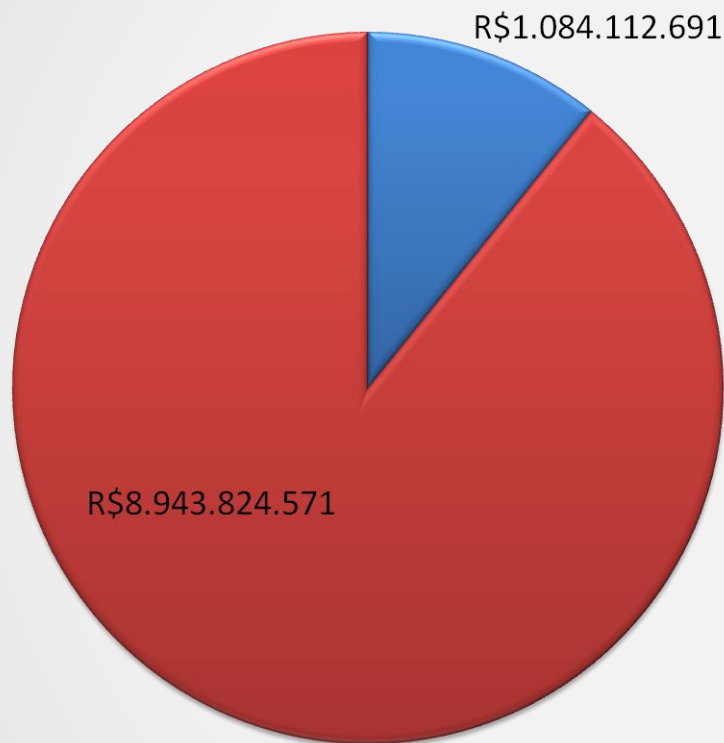
CRISE - CAUSA E EFEITO DA DÍVIDA

Espécie de Dívida	Valor (R\$)	%
Sistema Financeiro	12.090.873.000,00	56,1
Fornecedores	3.636.219.000,00	16,9
Impostos e Contribuições não recolhidas	2.595.848.000,00	12,0
Passivos Trabalhistas	1.476.823.000,00	6,8
Salários atrasados e honorários médicos	1.767.854.000,00	8,2
Total	21.567.617.000,00	100

A dívida de 2005 era de R\$ 1,8 bilhões, em 2009 R\$ 5,9 bilhões, em 2011 R\$ 11,2 bilhões.

Fonte: Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB e Federações Estaduais.
Dados estimados na posição de 31/5/2015.

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS QUE ATENDERAM PACIENTES DO SUS EM 2014.



- Valor produzido pela tabela SUS
- Valor recebido total

**O valor recebido,
representa 825 % do
valor produzido pela
Tabela do SUS**

Fonte: Santa Casa de Maceió – AL – Dados de 2014

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Universal, Integral e Gratuito para todos os brasileiros, a partir de políticas de descentralização, com ênfase de operacionalidade em Estados e Municípios.

- Descontinuidade de políticas públicas, além de desarticulação entre os níveis de gestores.
- Subfinanciamento,
- Limitações de acessos aos serviços,
- Desproporcionalidade de custeio entre os prestadores privados e Públicos,
- Restrições de alcance de redes assistenciais,
- Fragmentação na prestação dos serviços,
- Judicialização e etc.

ORÇAMENTO SAÚDE / PAÍS POR ESFERA DE GOVERNO

RECEITA % DA SAÚDE POR ESFERA DE GOVERNO Brasil (1980-2014)			
ANO	% UNIÃO	% ESTADOS	% MUNICÍPIOS
1980	75,00	17,80	7,20
1995	63,80	18,80	17,40
2000	59,74	18,53	21,73
2001	56,17	20,67	23,16
2002	53,11	21,64	25,25
2003	50,69	22,80	25,24
2004	51,14	23,62	25,24
2008	46,70	24,12	29,18
2014	45,00	25,00	30,00

Fonte: Ministério da Saúde – Datasus 1980 a 2008 e Federação das Santa Casas e Hospitais Beneficente, Religiosos e Filantrópicos do RS – estimativa 2014.

O QUE AS SANTAS CASAS E OS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS CLAMAM EMERGENCIALMENTE

1. Garantia do equilíbrio econômico e financeiro nos contratos/convênios firmados com o Sistema Único de Saúde, em atenção à Lei 8.080/90. Desta forma, são imprescindíveis recursos para suprir o prejuízo do **custeio** do processo assistencial, na ordem de **R\$ 10 bilhões/ano**;
2. Estabelecimento de política de saneamento financeiro das instituições, frente ao endividamento de R\$ 21,5 bilhões do setor. Notadamente, é necessário **financiamento, através do BNDES, com juros e equalizações sob responsabilidade do Governo Federal**, eis que a dívida foi constituída em nome da manutenção do SUS, em déficit permanente, porém no exercício de amplo senso de responsabilidade social de cada instituição.

Comissão Especial PL 7606/2017

**As Santas Casas têm responsabilidades com o SUS
e com a saúde da população brasileira,
precisam de apoio e deliberações emergenciais
para suas sobrevivências.**

Muito Obrigado!